



# MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

**DECRETO Nº 215/2023**, de 28 de abril de 2023.

**Regulamenta o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, criado pela Lei Municipal nº 1109, de 24 de novembro de 2022, e dá outras providências**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM BASE NO ARTIGO 82, IV DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA E ARTIGO 177, § 1º E ARTIGO 230 DA LEI MUNICIPAL 1109, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022,**

### **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica regulamentado o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, que tem o objetivo de financiar o desenvolvimento de programas e projetos que visem:

- I - projetos de melhoria da qualidade do Meio Ambiente do Município;
- II - a promover a conservação do meio ambiente;
- III - ao uso racional e sustentável dos recursos naturais;
- IV - a manter, melhorar e recuperar a qualidade ambiental;
- V - a promover educação ambiental em todos os seus níveis;
- V - a reparar danos causados ao meio ambiente no âmbito municipal.

**Art. 2º** Fica definida a Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento como responsável pela administração, gestão, controle financeiro, contábil e orçamentário do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, por meio de seu gestor na pessoa do(a) Secretário(a) Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento, em articulação com o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

**Parágrafo único.** O Gestor do Fundo Municipal do Meio Ambiente será o responsável pelos seguintes procedimentos, dentre outros inerentes ao cargo:

- I - coordenar a execução do plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA;
- III - emitir empenhos e ordens de pagamento das despesas do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA;
- IV - apresentar, semestralmente ou quando solicitada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do fundo, através de balancetes e relatórios de gestão;
- V - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização.

**Art. 3º** Constituem receitas do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA:

- I - o produto da arrecadação de multas administrativas impostas por infrações previstas na legislação ambiental;
- II - o produto do reembolso do custo dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal aos requerentes de licenças previstas na Lei 1109 de 24 de novembro de 2022;
- III - transferências da União, do Estado do Paraná ou de outras entidades públicas, tais



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

como autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, agências reguladoras e associações públicas, diretamente para o fundo;

IV - doações, legados e outras espécies de contribuições e recursos financeiros, de qualquer origem lícita, que lhe forem transferidos.

V - recursos municipais por meio de dotações orçamentárias e as transferências financeiras realizadas pelo Município de Medianeira;

VI - os rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

VII - os recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados inservíveis;

VIII - as condenações e acordos judiciais por atos lesivos ao meio ambiente ou recursos oriundos dos termos de ajustamento de conduta;

**§ 1º** A execução orçamentária da receita processar-se-á por meio da obtenção do seu produto nas fontes determinados neste decreto e será depositada e movimentada através da rede bancária oficial.

**§ 2º** A aplicação dos recursos financeiros dependerá da existência de disponibilidades, em função do cumprimento de programação, sendo admitidas somente nas hipóteses em que as mesmas não venham a interferir ou a prejudicar suas atividades.

**§ 3º** Os saldos financeiros do Fundo, apurados em balanço anual ao final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

**§ 4º** Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos e, para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos poderão ser utilizados os créditos adicionais, autorizada por lei e abertos por decreto do Executivo.

**Art. 4º** O Conselho Municipal de Meio Ambiente exercerá atividade fiscalizadora dos atos de execução do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

**Art. 5º** Os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA serão aplicados:

**I** - ao desenvolvimento de planos, programas e projetos:

- a) que visem o uso racional e sustentável de recursos naturais;
- b) de manutenção, melhoria e/ou recuperação de qualidade ambiental;
- c) de pesquisa e atividades ambientais;
- d) de educação ambiental;
- e) que sejam implementados em unidades de conservação do Município;
- f) de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico;
- g) de manejo dos ecossistemas e extensão florestal;
- h) de desenvolvimento institucional;
- i) de controle ambiental;
- j) de aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas; e
- k) que sejam priorizados pela Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente;

**II** - ao controle, à fiscalização e à defesa do meio ambiente;

**III** - a programas de capacitação técnica dos servidores da Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento, com atuação no meio ambiente;

**IV** - a modernização tecnológica das áreas técnicas do órgão ambiental municipal;

**V** - para aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo, bem como na construção, manutenção e conservação das áreas físicas das instalações da Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente;

**VI** - ao custeio de necessidades relacionadas a ações de apoio a programas e projetos de interesse ambiental; e

**§ 1º** Os recursos do Fundo poderão ser aplicados por meio de convênios a serem celebrados pelo Município com órgãos e entidades da administração pública direta e



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

indireta, da União, Estados-membros e Municípios, ou de outras entidades públicas, tais como autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, agências reguladoras e associações públicas assim como com entidades privadas sem fins lucrativos, sempre que os objetivos pretendidos estejam associados aos do Fundo, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

**§ 2º** Para cada projeto serão preferencialmente estabelecidos mecanismos periódicos da avaliação, por meio de plano de trabalho, cronograma de desembolso e elaboração de relatórios parciais e do relatório final.

**§ 3º** Os recursos do Fundo não poderão ser aplicados em custeio de despesas com pessoal e com atividades permanentes de manutenção, controle, fiscalização e consultoria.

**Art. 6º** O registro e contabilização das receitas e das despesas do Fundo Municipal de Meio Ambiente será efetuado mediante a criação de fonte de recurso específica dentro do orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento.

**§ 1º** A contabilidade do Fundo Municipal do Meio Ambiente tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio Fundo, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

**§ 2º** A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

**Art. 7º** O controle dos gastos será feito pela fonte de recurso dentro da Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento, através de prestação de contas ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Controle Interno, observado as normas estabelecidas na legislação vigente, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal do Meio Ambiente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve apresentar representação junto ao Controle Interno para as medidas cabíveis.

**Art. 8º** Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Della Pasqua, Medianeira, 28 de abril de 2023.

Antonio França Benjamim  
**Prefeito**

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento.  
Emenda à Lei Orgânica nº 022/2013

Sebastião Antonio  
**Secretário de Agricultura Sustentável e Abastecimento**